

AS ARTIMANHAS DO CORPO: O COTIDIANO DOS TRABALHADORES DAS RUAS DA CIDADE DE FORTALEZA (1880-1910)

Daniel Camurça Correia*

Resumo: Busca-se com este artigo analisar a maneira pela qual os trabalhadores de rua, tais como carregadores, vendedores e pedintes, articulavam seus dias na cidade de Fortaleza, no final do século XIX. Apesar das diversas tentativas da elite política, médica e intelectual em estabelecer discursos e leis contra a presença, o trabalho e o corpo dos populares, estes, cada vez mais, se faziam presentes por meio dos trabalhos realizados, seja nos tempos de seca, seja no período da *belle époque* fortalezense. Por meio da análise de fontes como relatórios de presidentes da província, atas de correspondências e livros de memórias, problematiza-se aqui a tipificação dos trabalhadores pobres e informais, no momento em que a elite econômica fortalezense desejava instaurar a modernidade comercial na capital cearense.

Palavras chave: Trabalho de rua; Cultura; Higiene social.

Abstract: This article has the objective of analyze the ways in which workers of streets, such as chargers, sellers and beggars, articulated his days in Fortaleza, in the end of nineteenth century. Despite the several attempts by the political, medical and intellectual elite to establish speeches and laws against the presence, work and body of popular, these, grows even more by the work done, whether in times of drought or in the *belle époque* period of Fortaleza. By the analysis of the sources, such as reports of the provincial presidents, minutes of matches and books of memory, problematizes the classification of poor and informal workers, at the moment that the economic elite of Fortaleza wish to establish the modern commercial in the capital of Ceará.

Keywords: Street work; Culture; Social hygiene.

Os relatórios dos presidentes da província do Ceará afirmavam que, à medida que se aproximava o final dos oitocentos, Fortaleza estabelecia-se enquanto centro urbano, o que também significava que seus problemas citadinos se tornavam visíveis. As epidemias eram constantes, atingindo principalmente a população pobre, já que muitos deles residiam debaixo de árvores ou nos arrabaldes. O Dr. João Marinho de Andrade, responsável pela higiene pública de Fortaleza, reclamava do ininterrupto aumento da população fortalezense e por ela ser desorganizada e geradora de males diversos.¹

* Doutor em História Social pela PUC/SP. Professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR/CE) * Doutor em História Social pela PUC/SP. Professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR/CE)

¹ (Biblioteca Pública Menezes Pimentel- setor de microfilmagem) Relatório que o Secretário Interino dos Negócios do Interior Bacharel Thomas Pompeu Accioly apresenta ao Exm. Sr. Presidente do Estado, 1894, p. 71.

Em 1893 o Dr. João Marinho havia avisado que

O nosso serviço de vacinação é defficiente e imperfeito visto como havemos lymphá vaccínica da capital federal ou do exterior, e esta que nos é remetida nem sempre é proveitosa, si bem que venha com o cunho de garantida e excellente.²

O governo provinciano, então, não tinha condições de organizar o cuidado dos corpos e da saúde. Mesmo que se organizassem para que tivessem pessoas e estrutura, os equipamentos não atendiam as expectativas, pois não suportavam o transporte até as províncias do norte. As condições apresentadas pela secretaria interina dos negócios do interior demonstravam que a população era inoculada, proliferando as doenças na região.

Segundo o médico citado acima, 40% da população, entre crianças e adultos, ainda não tinham sido vacinadas. O serviço de higiene pública não tinha estrutura alguma para montar um sistema de vacinação sobre a cidade. Na verdade, a inspetoria de higiene não tinha sequer um prédio para realizar suas atividades.³

Ainda piorava a situação, para o Dr. João Marinho, o fato da população se negar a ser vacinada, assim, afirmava o médico:

Nestas condições, sujeitos a tentativas experimentaes, somos forçados a aproveitar como o maior escrupulo a lymphá humana reproductiva, estabelecendo a vacinação de braço a braço, e com que dificuldades e embaraços lutamos para bem applical-a e melhor colhel-a, tal é repugnancia dos poucos que a isto se prestam!⁴

João Marinho demonstra que muito do discurso articulado por aquela elite política e intelectual não se tornava prática.

Ao arrolar os relatórios dos presidentes da província do Ceará, percebe-se ampla discussão acerca da organização da higiene urbana. Para entender as ações cotidianas dos trabalhadores de rua é necessário entender o que enfrentavam diariamente. No caso, em primeira instância, o modo como era pensada e articulada a salubridade de Fortaleza; a maneira como os médicos olhavam para a cidade; como a população agia diante da disciplinarização do corpo e do espaço em meio à realização de seus trabalhos, principalmente nas ruas.

Era objetivo do poder público cearense manter a assepsia dos espaços e dos corpos. As ruas deveriam permanecer limpas; os produtos alimentícios deveriam ter boa procedência, e, para isto, seriam fiscalizados pela intendência municipal; os trabalhadores deveriam obedecer aos preceitos médicos no espaço público; tudo isto respeitando as posturas municipais da época. Sobre estas questões afirma Sebastião Ponte:

Se tais prescrições foram ou não de fato cumpridas, é difícil saber. Entretanto, importa perceber que estas determinações municipais desvelam a vigência de um

² (BPMP- setor de microfilmagem) Relatório que o Secretário Interino dos Negócios do Interior, Antonio Salles apresenta ao Exm. Sr. Presidente do Estado, 1893, p. 37.

³ (BPMP- setor de microfilmagem) Relatório que o Secretário Interino dos Negócios do Interior Bacharel Thomas Pompeu Accioly apresenta ao Exm. Sr. Presidente do Estado, 1895, p. 66.

⁴ (BPMP- setor de microfilmagem) Relatório, 1894. Op. cit., p. 71.

saber que cada vez mais vigia a cidade e povo em seus menores detalhes. Denotando imensa vontade de desodorizar o espaço urbano e modificar hábitos da população, aqueles enunciados certamente acabavam por produzir efeitos de verdade e de poder que foram operando, mesmo que fragmentariamente codificações reguladoras no interior da relação recíproca habitante-cidade (PONTE, 1993, p. 81).

Fortaleza, para Ponte (1993), ganhava junto com o crescimento urbano a disciplina e o controle sobre a população. Novos costumes foram implementados em detrimento dos antigos, considerados agora nocivos à saúde e ao bem comum. Era a “modernização” batendo na porta dos fortalezenses.

Sebastião Ponte, no livro *Fortaleza belle époque*, discute as reformas urbanas ocorridas na capital cearense no período de 1860 até 1930, apontando transformações que representavam o “aformoseamento” da cidade e a incessante luta que a elite política travava contra a população pobre para tornar a cidade “civilizada” através da disciplina dos corpos.

O livro de Sebastião Ponte aponta alguns trabalhadores de rua, descrevendo um pouco de seus “misteres” (PONTE, 1993, p. 56), levantando o véu que esconde o universo dos trabalhadores informais da cidade de Fortaleza, dialogando o papel destes diante do discurso de médicos e sanitaristas, os quais aplicavam seus olhares sobre as trajetórias dos carregadores e vendedores ambulantes na capital cearense.

Avançando o olhar sobre outras fontes, foi percebido, entretanto, que a “modernização” de Fortaleza não alcançava, muitas vezes, todos os espaços da cidade. Nos arrabaldes, por exemplo, o controle sanitário não tinha sido implementado. De acordo com as atas da câmara municipal de Fortaleza, os fiscais não conseguiam impor a ordem no matadouro. Eles tentavam impedir que o *gado vacuum* fosse abatido fora do local determinado, bem como vendido longe do mercado municipal ou dos açougues licenciados. Todavia, os populares impediam que os fiscais cumprissem suas obrigações, fazendo com que o intendente se visse obrigado a pedir a presença dos guardas cívicos no local para protegerem os fiscais.⁵

No que diz respeito à área relativa à “circunscrição urbana” a situação não era muito diferente, já que os fiscais também não conseguiam cumprir as normas:

Por toda a cidade, com violação patente da lei municipal, por cujo cumprimento cabe também velar a força publica, a cada passo se encontra mercadores ambulantes de carne de gado, sem que tenham satisfeito as exigencias legais, procurando ao contrario subtrahirem-se á acção fiscal com o emprego de meios violentos que por seu termo reclamam a coação da força publica (PONTE, 1993, p. 56).

Com a pesquisa, surgiu uma série de indícios sobre trabalhadores pobres e livres na capital cearense. Eram em sua maioria trabalhadores de rua, os quais não tinham local fixo de trabalho. Ora estavam nas ruas, se colocavam nas praças, dirigiam-se para o matadouro público, ora estavam nas feiras, desciam a rampa da santa casa de misericórdia, ou mesmo prestavam pequenos serviços para as residências, nas ruas principais de Fortaleza.

⁵ (Arquivo Público do Estado do Ceará) Atas de Correspondência. Intendência Municipal, Fortaleza, 25 de setembro de 1906, nº 788.

Os trabalhadores de rua, em sua maioria, não praticavam um único “mister”, isto era relativo às necessidades urbanas e a forma como percebiam estas necessidades. Em momentos de seca e epidemias, muitos se tornavam carregadores de cadáveres, empregando-se temporariamente na santa casa.

Pelas dificuldades que Fortaleza passava no período de seca, os poderes públicos se viam a mercê dos trabalhadores ambulantes, que determinavam o próprio preço e a hora de trabalho (THEOPHILO, 1997, p. 21), pois a câmara municipal não tinha meios para concretizar o controle sobre este comércio.

Em períodos de abundância, estes trabalhadores dividiam-se em diversas ocupações, muitos se tornavam vendedores de “carne verde”, aguadeiros, vendedores de frutas, acrobatas e quimoeiros. Outros eram pedintes, batendo nas portas das casas mostrando as chagas deixadas pela varíola.

A leitura das fontes provinciais suscitou várias indagações, tornando o assunto complexo e interessante: Quem eram estes trabalhadores de rua? Como realizavam seus “misteres” numa cidade que a elite política e intelectual queria limpa e controlada? Como pensar em trabalho informal num momento em que se desenvolvia na capital cearense um mercado forte, transformando-a em hegemônica diante de outras cidades cearenses? Como estes trabalhadores se relacionavam com seus fregueses?

Ao construir o diálogo com trabalhos que analisam as especificidades do cotidiano da pobreza urbana em outras metrópoles brasileiras, surge a oportunidade de estabelecer uma discussão com Maria Odila Leite da Silva Dias, no livro *Quotidiano e poder*, livro o qual, como afirma a própria historiadora sobre seu trabalho

É uma contribuição para o conhecimento dos papéis histórico de mulheres das classes oprimidas, livres, escravas, e forras, no processo de urbanização incipiente da cidade de São Paulo, entre fins do século XVII e as vésperas da abolição; não me refiro a papéis sociais normativos e prescritos, mas as mediações sociais continuamente improvisados no processo global de tensões e conflitos, que compõem a organização das relações de produção, o sistema de dominação e de estruturação do poder (DIAS, 1984, p. 7).

Dias abre espaço, principalmente, para duas questões sobre o tema aqui proposto: primeiro, o fato da autora adentrar no universo do trabalho informal compreendendo uma estrutura social, na qual fica em destaque o papel da mulher pobre, livre ou escrava, realizando diversos “misteres” na cidade de São Paulo, no decorrer do século XIX. Essa leitura, trazida para as especificidades espaço-temporais da Fortaleza do final do século XIX, discute o fato da documentação pouco indicar as mulheres trabalhando e sobrevivendo nas ruas. Percebe-se assim que não deve ser estudada com naturalidade a construção do trabalho como papel exclusivo de homens.

Surge, neste momento, uma indagação: no caso da capital cearense, no final dos oitocentos, não existiram mulheres realizando trabalhos informais, ou não registraram as mulheres vendendo “carne verde” ou mesmo carregando cadáveres ou barris de quimoas?

A segunda questão seria o próprio fato de Dias reconhecer estas mulheres como trabalhadoras, pessoas que criavam e recriavam as práticas e formas de convivência de seus

dias, em casa ou no trabalho. Pois, nas pesquisas que fazem apenas algumas citações sobre os carregadores e vendedores ambulantes de Fortaleza não são dados àquelas pessoas o tratamento de trabalhadores, mesmo que a documentação permita esta compreensão. Para alguns historiadores do Ceará transparece a ideia de que a informalidade de alguns trabalhos deva ser considerada muito mais “transgressão” do que “trabalho”.

Para este artigo, não deve ser desconsiderado o caráter de transgressão dos “misteres”, pois as autoridades públicas criavam leis para desclassificar vendedores e carregadores ambulantes. Porém, como problematiza a historiadora, aqueles homens e mulheres criavam modos de viver que em muito ultrapassa o simples conceito de “transgressão”, pois suas análises enfocam uma realidade complexa e muito bem organizada por sujeitos construtores da história de seus dias.

Entretanto, a perspectiva retratada por Maria Odila Dias será mais enfatizada pelo fato de se entender as práticas dos trabalhadores de rua como algo muito mais abrangente do que os conceitos construídos pelas autoridades políticas fortalezenses. Se se estudar a elaboração deste discurso disciplinador, enfocando outras documentações das quais transparecem a visão dos trabalhadores informais como realizadores de pequenos ofícios, vem à tona a possibilidade de analisar as tessituras de um cotidiano multifacetado em discursos e práticas diversas, trazendo à luz elementos constitutivos da sociedade fortalezense.

Os documentos oficiais, como as atas da câmara municipal da cidade de Fortaleza, ajudaram a problematizar os embates entre os trabalhadores de rua e os guardas fiscais e municipais da intendência, apontando momentos em que a lei era estabelecida ou não. Ao mesmo passo, tenta-se compreender de que maneira os guardas, fiscais e soldados do exército interagiam com a cidade para a manutenção ou quebra da ordem e do sossego público.

Ao observar as atitudes e posturas de guardas e fiscais nas ruas, para compreender a política que estavam tentando implantar, considerou-se pertinente o levantamento dos códigos de posturas da câmara municipal da década de 1910, da biblioteca Dolor Barreiro, porque são entendidos que os guardas da câmara eram os representantes do poder público nas ruas.

O código faz-se importante por legitimar a coerção e o controle destes policiais, dando-lhes poder para agirem sobre a população pobre, buscando o modo pelo qual a intendência da capital cearense legitimava o discurso de controle e coerção sobre os trabalhadores de rua, através das leis e suas respectivas punições.

Adentrando nos textos dos relatórios dos presidentes do Estado do Ceará (1889-1915) – microfilme da biblioteca pública Menezes Pimentel – ficou perceptível que, quanto mais era valorizada a necessidade em aformosear a capital cearense, mais era importante esconder as marcas do “atraso” daquela cidade. Assim, para os presidentes do estado do Ceará, os carregadores e vendedores ambulantes espalhados por toda a cidade simbolizavam as marcas da “sujeira”, do “atraso”, do “feio” e da “doença”.

Com o exame de algumas obras da época, foi possível analisar a imagem construída, por memorialistas, dos trabalhadores de rua, a partir do epíteto depreciativo do “tipo popular”. Otacílio de Azevedo, memorialista que chega à cidade de Fortaleza em 1910, vindo de Redenção – interior do Ceará –, escreveu em seu livro *Fortaleza descalça; reminiscências* sobre os quimoeiros de Fortaleza, tecendo seu juízo de valor sobre a aparência e os “tristes misteres” que realizavam (AZEVEDO, 1980).

Ao escrever sobre os carregadores de quimoeira, o memorialista insere esse artigo no capítulo intitulado *A cidade e as lembranças*. Primeiramente, Otacílio de Azevedo separa o quimoeiro “pisa macio” da imagem do “tipo popular”, dando a entender que sua visão convergia na associação entre quimoeiro e trabalhador. Todavia, ao analisar a parte que ele descreve como os *Tipos curiosos*, encontra-se Tostão, outro quimoeiro. Neste momento, Azevedo não dedica suas linhas ao “mister”, mas ao jeito de ser, esmolar e chamar a atenção.

O que ocorre é que a imagem que os quimoeiros tinham – a de um trabalhador – passa a ser a imagem de um louco, por causa da necessidade de retirar aquela prática das ruas e pelo fato de ter, nas ruas da capital da província, alguém que realizasse o ofício de carregar barris com materiais fecais. Ou seja, Azevedo abre espaço para o entendimento dos trabalhadores de rua como trabalhadores, porém retira destes a condição de sujeitos. Otacílio de Azevedo demonstra que somente um alienado poderia executar aquele serviço.

Rodolpho Theophilo, farmacêutico e higienista que, de 1900 até 1904 imunizou – sem apoio do Estado – parte considerável da população de Fortaleza contra a varíola, autor de *Varíola e vacinação no Ceará*, lançou em seu trabalho um olhar higienista sobre os carregadores de cadáveres de variolosos durante a seca, informando o quanto era degradante para os moradores assistir o transporte dos mortos. Theophilo associou aos trabalhadores de rua a imagem do “sujo” e do “atraso” por causa da maneira pela qual estes homens realizavam seus ofícios, em meio a um período de epidemia (THEOPHILO, 1997).

Por outro lado, mesmo com os comentários carregados de preconceitos e estereótipos sobre os trabalhadores informais, o autor revela particularidades, bem como saberes sobre o transporte e enterramento dos defuntos, apresentando, muitas vezes, que os carregadores não recebiam nenhum tipo de apoio – financeiro nem material – para executarem o “mister”, revelando os saberes que aquelas pessoas utilizavam para concluir o serviço, suas poções e remédios caseiros.

O cronista Raimundo de Menezes, no trabalho intitulado *Coisas que o tempo levou... (crônicas históricas da Fortaleza antiga)* (MENEZES, 1938), também faz o mesmo que Otacílio de Azevedo; a diferença é que Menezes enfatiza em seu discurso sobre os “gatos pingados”. Entretanto, ambos retratam momentos importantes para o estudo, não somente por destacarem o “mister” dos trabalhadores de rua, mas por deixarem claro a relação entre estes trabalhadores, o risível e o “atraso”, demonstrando que a piada escrita pelos memorialistas serviria muito mais para moralizar os trabalhadores e aqueles que liam as crônicas do que revelar particularidades engraçadas e despreziosas sobre a memória fortalezense.

Já Gustavo Barroso, no livro *Memórias de Gustavo Barroso*, segue outros caminhos, escrito em 1939, intitulando o capítulo que descreve acerca dos quimoeiros da cidade de Fortaleza de *Tipos de rua*, o autor dedica a maior parte do texto escrevendo sobre a vida de Romão, sua família, sua alimentação e o seu “triste fim” (BARROSO, 1989).

O autor diferencia-se também por demonstrar o conflito entre policiais que agrediram e prenderam “Sabão mole” – outro quimoeiro – deixando visível a rede de conflitos que permeavam o dia a dia dos trabalhadores.

De modo geral, os memorialistas de Fortaleza citam algumas passagens dos carregadores e vendedores ambulantes nas ruas do centro da cidade, transmitindo junto com as notícias sobre aqueles homens e mulheres o sentimento de compaixão e caridade.

Ao analisar o estereótipo do “tipo popular” e as imagens construídas ao redor dos trabalhadores de rua, percebem-se mudanças significativas nos valores sociais que são impostos pelo Estado, resultando na visibilidade que este órgão dá aos trabalhadores informais, descrevendo e criticando a presença daqueles em seus documentos.

Num período anterior a seca de 1877-79, os trabalhadores informais não pareciam ser um problema significativo para os poderes públicos, nem mesmo os costumes mais corriqueiros tinham se transformado em problema de higiene. Em um primeiro momento, era comum na cidade de Fortaleza levar o cadáver em uma rede até a igreja, carregar água em canecos, despejar as imundícies nas ruas ou na praia. Depois da seca de 1877, leis surgiram no intuito de proibir o “desfile” dos trabalhadores informais pelas principais ruas.

Para compreender a dinâmica do trabalho nas ruas, dentro da perspectiva cultural, foi necessário recuar no tempo. Ao chegar à seca de 1877-79 novos indícios apareceram. O que mais chamava a atenção do intendente da câmara municipal – com relação à limpeza da cidade – era o lixo espalhado:

Cumpre declarar a V. Ex. que forão dadas as ordens convenientes para serem removidos os esterquilinos(sic) existentes [...] bem como se tomarão desde logo as medidas convenientes para que não se repita o abuso de amontoar lixo e entulhos em outros logares que não sejam os designados por esta municipalidade.⁶

Pedia-se, de acordo com o documento, a urgência em colocar sentinelas nos locais mais sujos para impedir a proliferação do lixo. Todavia, o discurso não se direcionava a um grupo específico. Era sempre, “a população”, os responsáveis pela sujeira na cidade.

Com a vinda da seca, Fortaleza sofreu súbitas transformações. De acordo com Frederico de Castro Neves:

A ‘grande seca’ de 1877 – ou a ‘seca-tipo’, como preferia Rodolpho Theophilo, seu grande cronista – trouxe a presença impactante de multidões de retirantes, esfaimados e andrajosos a implorar por ajuda, ‘contaminando’ a cidade com sua miséria explícita, suas doenças, seus ‘vícios’, sua fome, seus crimes e sua ofensiva ameaça à civilização. A vida urbana passa a ser o cenário privilegiado do drama da seca (NEVES, 2005, p. 25).

As pessoas, naquele momento, passavam a ser o problema. A população da cidade cresceu substancialmente. O que incomodava as elites políticas e intelectuais não era apenas a chegada dos retirantes – o que já foi o suficiente para o caos na cidade – mas a chegada de uma leva maciça de pessoas, doentes, famintas e desesperadas por socorro. Pessoas que se alojavam embaixo das árvores, nas praças, encostadas nos edifícios, na santa casa e nas igrejas. De várias maneiras o poder público tentava dar moradia e trabalho, mas não chegava a ser o suficiente. Muitos acabaram por se dirigirem para as periferias, construindo suas casas e ali residindo enquanto realizavam na cidade diversos trabalhos, durante o dia e a noite.

⁶ APEC) Ata de Correspondência. Paço da Câmara Municipal da Cidade da Fortaleza, em Sessão Ordinária de 21 de julho de 1871, nº 21.

O livro *A multidão e a história*, de Frederico de Castro Neves, estuda os movimentos de massa organizados pelos retirantes que buscavam abrigo junto ao Estado nos momentos de seca, entendendo o significado do saque como uma manifestação política, organizada e gerenciada pelos retirantes, que acreditavam que o poder público deveria assegurar-lhes a sobrevivência durante as secas, substituindo as práticas da “caridade pública” (NEVES, 2005, p. 50).

Pela necessidade de problematizar os diversos vestígios deixados pela documentação, uma análise sobre a discussão da cidade em muito acrescentaria o debate sobre o cotidiano dos trabalhadores de rua, permitindo compreender a complexa teia das relações sociais na qual estes sujeitos estavam inseridos.

Atualmente existem pesquisas que problematizam a construção da seca enquanto pano de fundo para a compreensão dos movimentos sociais no nordeste brasileiro. Alguns estudiosos afirmam que a seca se torna o motivo único e indiscutível da pobreza rural no semiárido.

Diante desta afirmativa desaparece a possibilidade de observar a organização social fortalezense, em período de seca, como um campo permeado por conflitos entre as diferentes categorias sociais, na qual a seca vem no intuito de criar argumentos que favoreçam interesses específicos (NEVES, 2005, p. 15).

Ao se reafirmar o poder da seca diante dos homens, tem-se como consequência a fome, que leva as pessoas a cometerem as maiores atrocidades. Com este argumento fica claro que o homem se torna um mero instrumento de seu organismo, que, desesperado, perde o controle de sua mente, sendo obrigado a matar suas necessidades vitais a qualquer custo. Um destes custos poderiam ser os “degradantes” trabalhos nas ruas, que, de acordo com o discurso sanitário, deveria ser abolido dos centros urbanos. Mas estes trabalhos não foram abolidos, afinal existiam pessoas que, levadas pela fome e pela “loucura”, precisavam sobreviver, realizando estes “mistérios”.

A questão é exatamente a visibilidade que a seca ganha dentro dos centros urbanos. Mais do que a falta d’água, a seca trouxe um exorbitante número de “emigrantes” para dentro de Fortaleza, a qual não esperava tamanha “invasão”. E aí se constituiu o maior problema das famílias abastadas de Fortaleza: receber os “esfaimados e andrajosos” num momento em que a cidade estava começando a sentir o gosto da “aventura civilizatória”. Ou seja, a seca, por si só, não se constitui enquanto problema social, afinal de contas,

Em termos de intensidade, duração, extensão ou mortalidade, no entanto, a seca de 1877 não se diferencia tanto de outros períodos de escassez, nem mesmo em termos de prejuízos econômicos (NEVES, 2005, p. 15).

Por conta destes deslocamentos realizados pelos moradores do interior do Ceará, foi possível compreender a visibilidade que os responsáveis pela organização pública passaram a ter. Porém, era legítimo para aquelas pessoas que o apoio e a proteção deveriam ser fornecidos pela força imperial, então, a saída seria se dirigir ao centro deste poder (NEVES, 2005, p. 42).

Ao mesmo tempo, devido a esta mobilidade crescente da população camponesa em busca da proteção estatal no espaço público da cidade, os períodos de escassez transformam-se em um problema social que afeta o conjunto da sociedade cearense e, portanto, ganha visibilidade social e espaço nas políticas oficiais. Assim, diante desse quadro, a seca de 1877 se apresenta como de gravíssimas proporções, fechando o ciclo dos períodos de escassez em que apenas se contabilizavam as perdas, se conjecturavam quanto às razões da irregularidade de chuvas e se lamentavam as mortes – a seca torna-se, a partir de então, um ‘fenômeno social’ (NEVES, 2005, p. 47).

Durante a seca, muitos já estavam prestando algum tipo de serviço. Foram os próprios retirantes os responsáveis por levar os mortos por varíola para suas covas, trazendo também medo e repugnância para os moradores da cidade.

Quantas vezes as famílias chegando as janelas de suas casas, entravam horrorizadas porque deparavam com estes esquifes estendidos nas calçadas e ao lado os carregadores que excitados pelo álcool, descansavam da carga falando sem descanso (THEOPHILO, 1997, p. 13).

Na medida em que os anos passavam, foram construídos por parte das autoridades públicas e sanitárias longos discursos em nome da “moral”, da “saúde” e da “família” contra a prática “nociva” dos trabalhadores de rua. Discursos estes que buscavam controlar, racionalizar e desinfetar os costumes de carregadores e vendedores ambulantes.

Em 1913, de acordo com o código de posturas, estes trabalhadores já não deveriam existir mais. Para o presidente da câmara, José Brasil de Mattos, para vender “carne verde”, por exemplo, era necessário ter

Atestado da autoridade ou de dois cidadãos qualificados do districto de sua reidencia, que abonem a sua conducta e atestado medico para provar que não estava doente por moléstias cutâneas ou contagiosas.⁷

Ou seja, a partir da década de 1910, colocava-se em prática meios para que os trabalhadores de rua fossem numerados e matriculados na intendência municipal. Os carregadores de cadáveres foram um dos primeiros, pois “na era do automóvel [depois de 1913] os corpos deveriam ser levados ‘por veículos a motor’” (MENEZES, 1938, p. 43).

O que não quer dizer, necessariamente, que os trabalhadores de rua tenham desaparecido de Fortaleza. Pelo contrário, como antes, estes trabalhadores se adequaram – e ainda se adequam – as novas realidades vigentes. Como estavam entre um trabalho e outro, suprimindo um, sempre existia outro para fazer. Muitas vezes prestavam serviços domésticos, ou mesmo esmolavam pelas ruas.

No final da década de trinta ainda existiam “antigos ‘gatos pingados’: João Cavalo, trabalhador de rua, Antonio Coelho, empregado na capatazia da alfandega, e o trabalhador de rua que atendia pela alcunha de ‘capitão’” (MENEZES, 1938, p. 43).

⁷ CÓDIGO DE POSTURAS DE FORTALEZA. Fortaleza: Typ. Minerva, 1916.

A partir da década de 1910, outro momento ficou marcante, no qual as estratégias articuladas pelos poderes públicos ganhavam novas formas. Mas, por outro lado, também ganhava forma às táticas de resistências, a maleabilidade para fugir ou utilizar da nova realidade, mostrando a possibilidade de descortinar fragmentos do passado para se compreender os “modos de vida” de sujeitos que, de forma alguma, estavam fora daquela sociedade.

Para nortear as discussões referentes às categorias de análises aqui dispostas, é imprescindível a leitura sobre alguns historiadores que já problematizaram o universo do trabalho urbano no final do século XIX. Muito se tem produzido na historiografia cearense sobre a questão da pobreza urbana, apresentando, dentro de suas especificidades, os mecanismos coercitivos aplicados pelos poderes públicos sobre a população pobre. Ao mesmo passo que se tenta discutir as táticas de resistência destes que burlavam e contornavam autoridades políticas e sanitárias, fazendo e refazendo seus espaços de sobrevivência.

Por esta razão, torna-se imprescindível uma análise sobre autores que auxiliam no estudo dos trabalhadores informais, suas práticas e seus costumes, construindo um diálogo, realizando apropriações de leituras e metodologias.

Dos trabalhos realizados sobre Fortaleza, no século XX, surgem diferentes leituras sobre as classes pobres e suas formas de organização.

A dissertação de mestrado de Kênia Sousa Rios, *Isolamento e poder*, está permeada por discussões sobre o isolamento de Fortaleza na seca de 1932, compreendendo os mecanismos de controle sobre os flagelados pelos poderes urbanos na intenção de legitimar o discurso sobre a necessidade destes campos. A partir de alguns problemas levantados por Kênia Rios sobre a população pobre de Fortaleza, a qual adentrava mais e mais na capital cearense, preocupando e assustando autoridades médicas e sanitárias, se quer refletir sobre os trabalhadores informais, que representam, neste texto, uma parcela significativa da população pobre que fugia e se escondia dos olhares higienizadores ao mesmo tempo em que apareciam nos principais *boulevards* (RIOS, 1998).

No trabalho de Maria Auxiliadora Lemenhe, *As razões de uma cidade*, no qual ela faz um estudo sobre o fenômeno da construção da cidade de Fortaleza enquanto polo econômico dos oitocentos, a autora demonstra o crescimento da capital do estado na perspectiva da “cidade-empório”, estudando a hegemonia que a urbe passou a ter, principalmente depois da independência do Brasil, graças à exportação do algodão e a sistematização do império em organizar administrativamente a sede do poder cearense (LEMENHE, 1991, p. 18).

O livro de Auxiliadora Lemenhe observa o crescimento e a estruturação do mercado no Brasil, em geral, e o de Fortaleza, em particular, mostrando a força que o “capitalismo mercantil” tinha, exigindo uma maior disciplinarização do trabalho. Com isso, surge o espaço para o diálogo com as teias do comércio paralelo de, por exemplo, aguadeiros e vendedores ambulantes de carne, frutas e doces, tentando entender como os trabalhadores informais viviam e trabalhavam em uma cidade que cada vez mais era sistematizada e organizada pelo mercado externo.

O trabalho de Marta Emísia Barbosa, *Cidade na contramão*, faz um estudo sobre os mecanismos de controle dos poderes públicos para disciplinarem – a partir do discurso da moral – a população pobre e seus comportamentos em Fortaleza, nas primeiras décadas do

século XX. O diálogo com Marta Emísia é construído no intuito de compreender a teia de relações sociais das classes menos favorecidas, evidenciadas através das documentações analisadas pela autora como processos criminais, livros de queixas, rol de culpados e relatórios de polícia, os quais são ricos em indícios do dia a dia da população pobre da capital cearense, seus conflitos com guardas, com outros vendedores e com o saber médico, demonstrando que a moral era um norte para coagir práticas consideradas pelas autoridades médicas e policiais como “desviantes” (BARBOSA, 1996).

Na pequena cidade de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, a partir da década de 1880, entra em cena Romão, um quimoeiro com uma história intrigante não só pelo que conta, mas também pelo que representa.

Por que tanto interesse em um quimoeiro? Por que diferentes pessoas se preocuparam em registrar pequenos fragmentos da vida de Romão? O que o tornou tão interessante e importante para ora aparecer em crônicas, ora em documentos oficiais, ora na literatura da época? Estas perguntas são difíceis de serem respondidas, mas trazem reflexões outras para este texto (CAMINHA, 1973).

Desde 1877 e por anos a fio, Fortaleza viu de perto a morte, a miséria e o medo. Os fortalezenses tiveram de conviver com uma presença mais ostensiva do grupo social: os trabalhadores de rua, espalhados por toda a cidade, dentro e fora da circunscrição urbana. Entretanto, nem só de medo viviam os moradores de Fortaleza.

Se Romão batia de porta em porta, isto significava dizer que eles, os trabalhadores de rua, estavam ali, convivendo com a população.

Os trabalhadores de rua vendiam os produtos alimentícios nas praças, gritando seus pregões; estavam em frente ao banco Gentil, com seus tabuleiros, vendendo quitutes; realizavam pequenos serviços domésticos; levavam seus mortos até o cemitério – sempre pela rua das flores. Com os indícios de que as fontes apresentam, é possível delinear uma cartografia da cidade que permite ter uma noção por onde, como e quando os trabalhadores informais utilizavam a cidade.

Compreender as formas pelas quais ocorriam os confrontos com a guarda municipal, em embates – físicos, muitas vezes – demonstra que a lei não era obedecida.

Os vendedores de “carne verde”, por exemplo, não passavam seus produtos pela inspeção dos médicos da intendência, o que acarretava no baixo preço da carne. Desta forma, os preços da “carne verde” vendida nos açougues ou dentro do mercado público eram sempre mais caros, obrigando parte considerável da população a comprar com os vendedores de porta em porta.

Por último, se Romão, assim como outros trabalhadores, era tido como motivo de risos e brincadeiras por parte da população, isto significa dizer que este espaço é propício para a construção do estereótipo do “tipo popular”, destacado como imagem do risível e do negativo.

A imagem do “tipo” ganha duas faces em uma mesma moeda: a irreverência do seu jeito de vestir e falar e as marcas da pobreza e da loucura. Deste modo, surge a oportunidade de problematizar as formas pelas quais os trabalhadores de rua burlavam as normas e enganavam seus adversários sem perder seus fregueses e ouvintes.

Segundo a documentação utilizada, principalmente através dos memorialistas, é perceptível toda uma articulação de homens e mulheres que, através do riso e da piada,

conquistavam sua clientela. Por outro lado, não é descartada a análise sobre as caricaturas descritas pelos cronistas sobre estes trabalhadores. Discute-se o papel destas imagens construídas dentro de uma sociedade que estreitava a relação entre pobreza, doença e loucura, no intuito de edificar o estereótipo do antimodelo de cidadão fortalezense (BEGSON, 1987).

Enfim, observou-se neste texto “aspectos informais do nosso passado” (PINTO, 1994, p. 07), a movimentação das ruas, o vaivém de carregadores e vendedores ambulantes na cidade de Fortaleza, tentando compreender as táticas de sobrevivência de trabalhadores informais que estavam constantemente vigiados pela elite política e sanitária da capital cearense, elaborando posturas municipais e articulando o papel de guardas e fiscais para a implantação da ordem e do sossego público, o que em dados momentos acontecia e em outros não.

Concomitante a isso, compreender os costumes existentes na cidade de Fortaleza relacionado à limpeza das ruas, ao enterro de seus mortos e a rede informal de venda e troca de produtos alimentícios, bem como refletir estes costumes frente aos novos valores que foram trazidos para a capital cearense, ditando novos costumes e maneiras de tratamento do corpo e do trabalho, eram tidas pelas autoridades e pelas elites de Fortaleza como práticas “feias” e “risíveis”.

Referências

AZEVEDO, Otacílio de. **Fortaleza descalça**: reminiscências. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1980. (Col. José de Alencar, 3)

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Cidade na contramão**: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. Dissertação de Mestrado: PUC/SP, 1996.

BARROSO, Gustavo. **Memórias de Gustavo Barroso**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 1989.

BERGSON, Henri. **O riso**; ensaio sobre a significação do cômico. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CAMINHA, Adolfo. **A normalista**. São Paulo: Três Editoras, 1973 (Col. Obras Imortais de Nossa Literatura, 9).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **As razões de uma cidade**: Conflito de hegemonias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

MENEZES, Raimundo de. **Coisas que o tempo levou...** (Crônicas históricas da Fortaleza antiga). Fortaleza: Edésio Editor, 1938.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PINTO, Maria Inez Borges. **Cotidiano e sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: Edusp, 1994.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora, 1993.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: PUC/SP, 1998.

THEOPHILO, Rodolpho. **Variola e vacinação no Ceará**. – Ed. Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

Recebido em: 12/09/2013

Aprovado em: 20/11/2013